POLÍTICAS MIGRATÓRIAS, INTEGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Entrevista a Vasco Malta
Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações em Portugal

Migration, Integration and Human Rights Policies

Interview with Vasco Malta
Head of Mission of the International Organization for Migration in Portugal

Hélia Bracons*

Sumário: 1. Contexto e panorama atual; 2. Migrações, direitos humanos e sociedade; 3. Políticas migratórias e integração; 4. Reflexões e desafios; 5. Caminhos para a integração.

Resumo: A presente entrevista com Vasco Malta, jurista e Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações em Portugal, conduzida por Hélia Bracons, analisa os desafios e as oportunidades associados às políticas migratórias, à integração de migrantes e **à** promoção dos direitos humanos. Vasco Malta conceptualiza a migração como um fenómeno estrutural e inevitável, com impactos significativos na demografia, na economia e na vida social de Portugal e da Europa, contribuindo para a sustentabilidade laboral, revitalização comunitária e mobilidade social. A integração é abordada como um processo multidimensional que envolve emprego digno, educação, habitação, acesso a serviços de saúde, participação social, reconhecimento cultural e proteção jurídica, tendo a não discriminação como princípio estruturante. O entrevistado sublinha a necessidade de políticas migratórias eficazes e humanizadas, articulando vias regulares, proteção de populações vulneráveis, integração estruturada e retorno com dignidade. Destaca-se ainda a importância de estratégias de desconstrução

* Professora Associada no Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. Doutora em Serviço Social. Exerce as funções de Diretora da Licenciatura em Serviço Social. (da mesma Universidade?) Desde junho de 2024, é Subcoordenadora do CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. Desenvolve investigação e intervenção nas áreas da diversidade cultural e das competências interculturais.

de preconceitos, baseadas em dados rigorosos, narrativas humanas, responsabilização pública e políticas consistentes. Vasco Malta conclui que a diversidade cultural constitui um potencial de inovação e coesão social, mas que a sua valorização depende de governação eficaz, liderança política, investimento público e diálogo intercultural contínuo, evidenciando que a construção de sociedades inclusivas resulta de escolhas políticas e sociais deliberadas, e não de processos automáticos. Esta entrevista pretende refletir sobre os desafios e as oportunidades das políticas migratórias, promovendo um diálogo informado sobre integração, direitos humanos e coesão social.

Palavras-chave: Migração; políticas migratórias; integração social; direitos humanos.

Abstract: This interview with Vasco Malta, jurist and Head of Mission of the International Organization for Migration (IOM) in Portugal, conducted by Hélia Bracons, analyzes the challenges and opportunities associated with migration policies, migrant integration, and the promotion of human rights. Vasco Malta conceptualizes migration as a structural and inevitable phenomenon, with significant impacts on the demographics, economy, and social life of Portugal and Europe, contributing to labor sustainability, community revitalization, and social mobility. Integration is approached as a multidimensional process involving decent employment, education, housing, access to health services, social participation, cultural recognition, and legal protection, with non-discrimination as a guiding principle. The interviewee emphasizes the need for effective and humane migration policies, combining regular pathways, protection for vulnerable populations, structured integration, and dignified return. The importance of strategies to dismantle prejudices is also highlighted, based on rigorous data, human narratives, public accountability, and consistent policies. Vasco Malta concludes that cultural diversity represents a potential for innovation and social cohesion, but its full value depends on effective governance, political leadership, public investment, and continuous intercultural dialogue, demonstrating that building inclusive societies results from deliberate political and social choices, rather than automatic processes. This interview aims to reflect on the challenges and opportunities of migration policies, fostering an informed dialogue on integration, human rights, and social cohesion.

Keywords: Migration; migration policies; social integration; human rights.

1. Contexto e panorama atual

1.1. Portugal, no contexto atual, tem vindo a assistir a uma dinâmica mais ativa no que respeita à presença de pessoas migrantes, oriundas de outras culturas e expressões culturais. Pode traçar um retrato sucinto desta diversidade populacional no nosso país?

Portugal tornou-se, de forma muito visível, um país de diversidade migratória. Hoje encontramos comunidades oriundas de vários continentes, com particular expressão de países lusófonos, mas também do Sul da Ásia, América Latina, Europa e África Ocidental. Essa diversidade reflete-se no mercado de trabalho, nas escolas, nos serviços de saúde, na vida cultural e no quotidiano das cidades e de muitos territórios fora dos grandes centros.

É importante sublinhar que esta diversidade não é apenas "número": é também pluralidade de perfis: estudantes, trabalhadores, famílias, empreendedores, pessoas em proteção internacional, com contributos muito distintos para a economia, para a demografia e para a vida comunitária.

1.2. Qual tem sido o papel dos movimentos migratórios na evolução da população portuguesa? Quais considera os principais fatores que levam as pessoas a deslocar-se de um país para outro?

A migração tem tido um papel central na sustentabilidade demográfica e económica de Portugal. Num país marcado por envelhecimento e por necessidades de mão-de-obra em vários setores, a migração ajuda a responder à escassez de trabalhadores, apoia a base contributiva e revitaliza comunidades e serviços.

Quanto aos fatores: as pessoas migram por uma combinação de aspiração e necessidade. Aspiração por melhores oportunidades, educação, mobilidade social; necessidade por razões de segurança, conflitos, perseguição, crises económicas, desigualdades, alterações climáticas e, muitas vezes, por redes familiares e comunitárias já existentes no destino.

2. Migrações, direitos humanos e sociedade

2.1. Na sua perspetiva, como jurista, investigador e ativista dos Direitos Humanos, como entende o fenómeno migratório e o seu enquadramento jurídico e social?

Vejo a migração como um fenómeno humano estrutural, antigo e inevitável, mas que hoje é amplificado por desigualdades globais e interdependências económicas. Juridicamente, a migração situa-se num equilíbrio permanente entre a soberania do Estado (regular entradas e permanência) e a obrigação de respeitar direitos fundamentais (dignidade, não discriminação, devido processo, unidade familiar, proteção de pessoas vulneráveis).

Socialmente, a migração é um teste às nossas instituições: mede a capacidade de integrar com justiça, garantir acesso a direitos, e promover coesão social. Quando falhamos em criar vias regulares e mecanismos eficazes de integração, alimentamos irregularidade, exploração e polarização.

2.2 Qual é, atualmente, a perceção dos portugueses em relação às pessoas migrantes? Que estratégias podem ser utilizadas para desconstruir os mitos e preconceitos em torno das migrações?

Há perceções diversas. Muitos portugueses reconhecem o contributo dos migrantes na economia e nos serviços essenciais e mantêm uma cultura histórica de emigração que ajuda à empatia. Ao mesmo tempo, há preocupações legítimas com pressão sobre serviços e também narrativas simplistas que associam migração a insegurança ou abuso do sistema, frequentemente sem base factual ou com generalizações injustas.

Quanto às estratégias para desconstruir mitos, com base na minha experiência, considero fundamentais quatro eixos complementares. Em primeiro lugar, os dados e a transparência, assentes na apresentação de números claros e acessíveis sobre os contributos económicos das pessoas migrantes e sobre os desafios reais existentes, sem recurso a discursos propagandísticos ou simplificadores. Em segundo lugar, as narrativas humanas, através da valorização de histórias concretas, de encontros e de projetos comunitários que promovam a proximidade, o reconhecimento mútuo e a criação de laços entre pessoas. Em terceiro lugar, a responsabilização pública, que implica o combate firme à desinformação e ao discurso de ódio, de forma determinada, mas sem

moralismos, privilegiando a pedagogia cívica e o rigor factual. Por fim, políticas que funcionam, porque nada contribui mais para desmontar preconceitos do que um sistema que responda eficazmente: processos de regularização eficientes, fiscalização séria contra a exploração e políticas de integração devidamente financiadas e sustentadas no tempo.

3. Políticas migratórias e integração

3.1. Considera que as políticas migratórias na Europa, e particularmente em Portugal, têm sido eficazes na resposta às necessidades reais das populações migrantes, ou têm contribuído para o aumento de atitudes discriminatórias e extremistas?

A resposta é mista. Houve avanços importantes, relacionados com a integração, mecanismos de proteção, cooperação europeia, mas também persistem incoerências: falta de vias regulares suficientes para necessidades laborais, burocracias lentas, desigualdades no acesso a direitos e tendência para respostas "reativas" em momentos de pressão política.

Quando a política não responde com eficácia e humanidade, cria-se um vazio: cresce a irregularidade, a exploração e a perceção de descontrolo e isso é terreno fértil para extremismos. A melhor prevenção é uma governação migratória clara: regras justas, aplicação efetiva, e integração real.

3.2. Na sua visão, qual seria a política migratória ideal para a Europa e para Portugal?

Na minha perspetiva, uma política migratória ideal assenta em quatro pilares fundamentais. O primeiro corresponde à criação de vias regulares proporcionais às necessidades existentes: no trabalho, no estudo e na reunificação familiar, assegurando simultaneamente práticas de recrutamento ético e o reconhecimento efetivo de qualificações. O segundo pilar diz respeito à integração entendida como investimento público estruturante, envolvendo políticas consistentes de aprendizagem da língua, acesso a serviços, habitação, educação, saúde e promoção de emprego digno. O terceiro pilar centra-se na proteção de quem necessita, através de sistemas de asilo e de proteção internacional que garantam decisões céleres, com pleno respeito pelo devido processo

e pelas salvaguardas jurídicas. O quarto pilar refere-se ao retorno com dignidade e eficácia, privilegiando o retorno voluntário assistido e programas de reintegração, assegurando simultaneamente que as decisões de retorno são exequíveis, proporcionais e plenamente respeitadoras dos direitos fundamentais.

3.3. Que papel cabe aos decisores políticos e às instituições públicas no debate e na construção de uma narrativa positiva sobre as migrações?

Cabe aos decisores um papel verdadeiramente decisivo neste domínio. As narrativas não podem ser entendidas apenas como "comunicação"; precisam de estar ancoradas em políticas públicas coerentes e consistentes. Os responsáveis políticos devem falar com responsabilidade, evitando linguagem que estigmatize pessoas ou grupos, explicar com honestidade os benefícios e os desafios associados às migrações, criar espaços de participação local e de diálogo com as comunidades e garantir que os serviços públicos dispõem de recursos adequados para responder às necessidades reais. Uma narrativa positiva e credível nasce quando as pessoas percebem que o sistema é justo, previsível e competente.

4. Reflexões e desafios

4.1. Hein de Haas afirmou: "Não se pode viver numa sociedade capitalista democrática e, ao mesmo tempo, não querer imigrantes." O que nos revela esta reflexão sobre a realidade europeia atual?

Revela uma tensão estrutural: economias abertas, envelhecidas e globalizadas precisam de mobilidade: de trabalho, competências, cuidados e inovação. Ao mesmo tempo, democracias vivem de pertença e identidade, e podem sentir ansiedade perante mudança rápida.

A questão não é "querer ou não querer" migrantes; é governar a migração de forma realista: criar vias regulares, proteger direitos e investir em coesão social para que a mudança seja gerida e não sentida como ameaça.

4.2. Enquanto jurista, quais são as maiores dificuldades encontradas pelas pessoas migrantes quando chegam a um país de acolhimento?

Daquilo que me é reportado nas minhas interações quotidianas com pessoas migrantes em Portugal, as dificuldades mais frequentes incluem problemas de regularização e burocracia, marcados por tempos de resposta longos e por elevada complexidade documental; limitações no acesso à informação e aos serviços, associadas a barreiras linguísticas, fraca literacia administrativa e obstáculos digitais; constrangimentos no mercado de trabalho, nomeadamente precariedade, situações de exploração e ausência de reconhecimento de competências; dificuldades no acesso à habitação, caracterizadas por custos elevados, discriminação e sobrelotação; e um conjunto de vulnerabilidades acrescidas que afetam vítimas de tráfico, menores, questões de saúde mental e situações de isolamento social. Do ponto de vista jurídico, o fator "tempo" assume um carácter absolutamente crucial, uma vez que atrasos administrativos prolongados podem transformar projetos de vida legítimos em contextos de insegurança permanente.

4.3. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia consagra valores como igualdade, inclusão, dignidade e democracia. Na sua ótica, qual o Pilar Europeu dos Direitos Sociais mais relevante para responder às necessidades dos migrantes?

Há vários relevantes, mas se tiver de escolher um eixo essencial: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, porque o emprego digno é frequentemente o principal motor de integração e autonomia.

Ao mesmo tempo, este pilar só funciona com outros: educação e formação, proteção social, saúde e habitação. Para migrantes, na minha opinião, a integração é um "pacote" e falhar num destes pontos fragiliza todos os outros.

5. Caminhos para a integração

5.1. Que medidas concretas propõe para uma melhor integração das comunidades migrantes na sociedade portuguesa?

Entre as medidas estruturantes consideradas prioritárias destacam-se a disponibilização de ensino da língua portuguesa de forma acessível e em escala, com horários compatíveis com os regimes de trabalho; o reconhecimento

e a validação de competências, incluindo a criação de percursos acelerados para setores com escassez de mão de obra; a integração no emprego acompanhada de fiscalização efetiva, visando o combate à exploração laboral e a promoção de práticas de recrutamento ético; o reforço das respostas de habitação e acolhimento, através de soluções locais e de parcerias com municípios e com o setor social; a preparação dos serviços públicos, mediante mediação intercultural, formação contínua e simplificação administrativa; e, por fim, o apoio às comunidades e ao diálogo local, com vista a prevenir fenómenos de guetização e de isolamento e a investir de forma sustentada na coesão social.

5.2. Quando se fala em integração, que dimensões fundamentais (sociais, económicas, culturais, educativas) devem ser consideradas?

A integração é um processo multidimensional, que abrange várias dimensões complementares. Do ponto de vista económico, implica acesso a emprego digno e estabilidade laboral; do ponto de vista social, envolve a construção de redes, o sentido de pertença e a participação ativa na comunidade; na vertente educativa, inclui o sucesso escolar e a promoção da mobilidade social; no plano cultural, pressupõe o reconhecimento mútuo sem imposição de assimilação forçada; do ponto de vista jurídico, traduz-se num estatuto estável, previsível e com pleno acesso a direitos; e, finalmente, na dimensão psicossocial, contempla a saúde mental, o tratamento de traumas e o bem-estar geral. Um princípio transversal orienta todas estas dimensões: a não discriminação.

5.3. Como prevê o futuro da diversidade cultural na Europa, tendo em conta questões de género, religião, demografia e identidade?

O futuro da diversidade cultural na Europa será, provavelmente, marcado por uma maior pluralidade, impulsionada por fatores demográficos, mobilidade internacional e interdependências económicas crescentes. No entanto, é previsível que o debate público continue a ser tenso, especialmente em torno de questões de identidade, religião e género, que frequentemente suscitam perceções de ameaça ou de conflito de valores.

Na minha perspetiva, o rumo que a diversidade cultural irá tomar dependerá de dois fatores centrais: investimento em integração e coesão social:

políticas educativas, laborais e comunitárias que promovam o encontro intercultural e combatam a segregação são essenciais para transformar a diversidade numa força positiva e compromisso com os direitos fundamentais: proteger direitos humanos e liberdades individuais, ao mesmo tempo que se reconhecem e dialogam com as ansiedades legítimas das populações, é crucial para evitar polarizações e ressentimentos.

Em resumo, a diversidade cultural pode ser uma fonte de riqueza e inovação social na Europa, mas apenas se for acompanhada de governação eficaz, diálogo contínuo e políticas públicas consistentes, capazes de equilibrar inclusão e segurança, abertura e coesão.

5.4. Está confiante numa Europa aberta, acolhedora e inclusiva relativamente à diversidade humana e cultural?

Sou realisticamente esperançoso. Vejo avanços extraordinários em muitos países e cidades, mas também retrocessos e crescente polarização. A Europa será tão inclusiva quanto as suas políticas e instituições conseguirem ser eficazes e justas. A confiança vem de compreender que a história europeia é também uma história de reconstrução, de expansão de direitos e de capacidade de superar crises profundas. No entanto, essa abertura não acontece por inércia: exige liderança política firme, responsabilidade mediática e investimento público consistente em integração, coesão social e educação intercultural. A diversidade pode ser uma força motriz para inovação social, cultural e económica, mas apenas se for acompanhada de governação sólida, diálogo contínuo e políticas que conciliem direitos fundamentais com as preocupações legítimas das populações.

***

Como nota reflexiva, a entrevista com Vasco Malta evidencia que a migração é um fenómeno estrutural e inevitável, com impactos profundos na demografia, na economia e na vida social de Portugal e da Europa. O jurista Vasco Malta destaca que uma integração eficaz exige políticas migratórias justas, multidimensionais e centradas nos direitos humanos, combinando vias regulares, proteção, acesso a serviços, emprego digno e educação intercultural. A desconstrução de mitos e preconceitos depende de transparência, narrativas humanas, responsabilização pública e políticas consistentes. A diversidade

cultural é vista como potencial de inovação e coesão social, mas a sua valorização requer governação eficaz, liderança política e investimento público sustentado. A reflexão final sugere que uma sociedade inclusiva e acolhedora não surge naturalmente: é resultado de escolhas políticas, compromisso social e atenção constante aos direitos e necessidades de todos.

Data de submissão: Dezembro de 2025
DOI: https://doi.org/ 10.60543/dlb.vi10.10914